



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009062-09.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Camargo Transportes de Carga Em Geral Ltda.- Me**
 Requerido: **Tokio Marine Seguradora S/A**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

CAMARGO TRANSPORTES DE CARGAS EM GERAL LTDA. ajuizou ação de **COBRANÇA** contra **TÓKIO MARINE SEGURADORA S.A.**, alegando, em resumo, que firmou contrato de seguro com a acionada e que, em 18.09.2017, ocorreu acidente de trânsito, envolvendo caminhão de sua propriedade, gerando danos ambientais. Os valores dispendidos para minimizar os danos não foram reembolsados. Pleiteia a condenação da requerida ao pagamento da importância de R\$ 11.951,77 (onze mil, novecentos e cinquenta e um reais e setenta e sete centavos).

Citada, a requerida apresentou contestação, rebatendo a pretensão inicial. Aduz que o evento não tem cobertura securitária vez que nada era transportado.

Breve é o relatório.

DECIDO.

Julgo este processo no estado em que se encontra por não haver necessidade de produção de outras provas (artigo 355, I, do Código de Processo Civil).

Assim já se decidiu:

1009062-09.2018.8.26.0037 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

“O julgamento antecipado da lide, quando a questão proposta é exclusivamente de direito, não viola o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório” (Agravado de Instrumento 203.793-5-MG, em Agravo Regimental, Relator Ministro Maurício Correa, 2ª. Turma do Supremo Tribunal Federal, j. 03.11.97, “in” Código de Processo Civil e legislação processual em vigor, Theotonio Negrão – 39ª edição – 2207 – Saraiva).

“O julgamento antecipado da lide, sobre questão exclusivamente de direito, não constitui cerceamento de defesa, se feito independentemente de prova testemunhal, protestada pelo réu” (RTJ. 84/25, op.cit).

Trata-se de ação apresentada por empresa de transportes, contra seguradora, buscando reembolso de valores.

O pedido inicial deve ser julgado improcedente.

De afastar-se, por primeiro, a pretendida incidência do Código de Defesa do Consumidor à lide ora apresentada. Por envolver pessoas jurídicas e relação de insumo, a avença estabelecida assume liame meramente mercantil, e não consumerista.

No mérito, como mencionado, não prospera a assertiva inicial da autora, de que o sinistro teria previsão no contrato firmado.

Com efeito, a cláusula contratual cuja aplicação de mostra pertinente ao caso (cláusula 1.1.1., de pág.71), encontra-se assim redigida:

"Observado o critério de aferição de responsabilidade estabelecida nesta cláusula, acha-se amparada, ainda, pela presente cobertura, a responsabilidade civil do segurado por danos materiais e/ou corporais involuntariamente causados a terceiros, em consequência do derrame e/ou vazamento de combustíveis e/ou óleos lubrificantes do veículo transportador, desde que tal derrame e/ou vazamento decorra em razão dos eventos previstos nas alíneas "a" e "b" do subitem anterior (1.1.)."

No caso dos autos, incontroverso que o seguro versava sobre a carga, e eventos a ela referentes, não sobre o veículo, e que este encontrava-se, por ocasião do evento "sem carga"



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(pág.77).

Por isso, deve prevalecer a interpretação trazida pela acionada, de que o evento narrado mostrava-se alheio à avença. Deve ser reforçado que a cláusula contratual antes mencionada, e invocada pela autora em sua fundamentação, refere-se aos incidentes com o "veículo transportador", o que vincula a hipótese prevista àquelas situações em que o veículo encontra-se, de fato, realizando o transporte de carga, e não em outras circunstâncias.

Razão assiste, portanto, à seguradora ao apontar que o veículo (caminhão) não era objeto de contrato de seguro, mas apenas mencionado quando estivesse sendo utilizado no transporte de carga. O contrato entabulado pelas partes diz respeito, pois, às cargas transportadas, não ao veículo.

Enfatize-se, portanto, que o negócio jurídico firmado pelas partes tem a necessária clareza, inexistindo disposição dúbia a demandar interpretação em favor do aderente.

Também inexistente qualquer comprovação de que a seguradora tivesse autorizado, previamente, a realização das despesas por ocasião do sinistro. Do contrário, a documentação constante dos autos aponta, somente, para a recusa de pagamento.

Em suma, impõe-se a rejeição do pedido inicial.

Isso posto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial apresentado por **CAMARGO TRANSPORTES DE CARGAS EM GERAL LTDA.** contra **TÓKIO MARINE SEGURADORA S.A.**. Sucumbente, responderá a autora pelos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa, atualizado.

P.R.I.

Araraquara, 21 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**